

Promessas de empoderamento para mulheres

Leila Bijos

Sumário

1. Família, trabalho e gênero. 2. Atividades singulares. 3. Transformações políticas e sociais. 4. Mudança de cenário.

O Brasil das últimas décadas não foi contemplado com um desejo político e os governantes não apresentaram reformas sólidas para diminuir os patamares da fome e da miséria. Essas políticas incorretas afetaram as mulheres e impediram seu desenvolvimento social, privando-as de educação, de uma renda adequada, de igualdade de gênero, justiça social e acesso a políticas públicas. O desenvolvimento não somente gera crescimento, mas também distribui benefícios justos e de forma imparcial. Ele *empodera* as pessoas, especialmente as mulheres, e prioriza benefícios para os pobres, ampliando suas oportunidades, eliminando a discriminação de gênero, inserindo-as no mercado de trabalho, para que iniciem um negócio, às vezes um micronegócio no setor informal. O desenvolvimento proporciona a inserção das mulheres numa sociedade masculina, na qual certas formas de racismo e sexismo estão sempre presentes.

Há, na atualidade, uma nova divisão de trabalho que põe o peso das políticas sociais nas mulheres, nos negros e nos pobres. As mulheres estão buscando o empoderamento e a liberdade. Nas mais remotas regiões, uniram-se, compartilharam informações, mobilizaram-se e reivindicaram mudanças,

Leila Bijos é Bolsista CAPES/FULBRIGHT, Doutora em Sociologia pelo CEPPAC, Universidade de Brasília (UnB), e professora da Universidade Católica de Brasília.

insistiram e persuadiram. Citando Smith (2004), “elas fizeram seus *lobbies* junto às autoridades, ingressaram em carreiras políticas, levantaram suas vozes até as autoridades econômicas. Escreveram, falaram, proclamaram. Criaram organizações, expandiram seus canais de comunicação, formaram redes transnacionais e organizaram congressos”. Conscientemente engajaram-se em novas oportunidades, ações políticas, projetos de desenvolvimento comunitário, para atingirem seus objetivos e suas metas. Imiscuiram-se no mundo masculino, sendo em muitos sentidos obstruídas pelos homens, a fim de apresentarem suas reivindicações e mostrarem a sua capacidade. As mulheres aprenderam a seguir e a usar suas percepções imediatas, baseadas em experiências passadas, e suas duras condições de vida para imporem novas metas e novos temas para as suas vidas, especialmente no Terceiro Mundo.

Lamentavelmente, as populações da América Latina não foram contempladas com políticas sociais abrangentes. No Brasil, durante anos, os governos limitaram o acesso aos pobres a uma cultura formal, negando-lhes o direito a uma alfabetização básica, seguindo uma política adotada sistematicamente e durante um longo período pelas famílias poderosas dos “coronéis” do Nordeste, que controlavam não só a economia, mas a política na região¹. Empoderamento, num sentido formal, inclui a provisão de oportunidades, entre elas o voto, o acesso aberto aos sistemas jurídicos legais e aos sistemas adequados de informações (CRASKE, 1999, p. 23).

1. Família, trabalho e gênero

O Brasil possui uma grande parcela de sua população vivendo com uma renda que não é suficiente para cobrir suas necessidades básicas. O principal determinante da continuidade da pobreza no Brasil parece ser, nas palavras de Sônia Draibe (2002), “de que os governos sob a forte pressão interna-

cional teriam optado radicalmente por um lado da balança – o do ajustamento econômico e fiscal. Ao fazê-lo, teriam dado significativos passos em direção ao dismantelamento do antigo Estado de Bem-Estar Social. No caso latinoamericano, do antigo e ainda embrionário Estado de Bem-Estar Social gestado em alguns poucos países da região”. Contudo, Draibe mostra que o “dismantelamento” do Estado, tal como esperado por alguns, não se está dando nos seus programas sociais, está ocorrendo “um movimento de *inflexão gradual do padrão pretérito de proteção social*, verificado sobretudo no plano das instituições das políticas e programas, através da introdução ou reforço de pelo menos três características: a descentralização, os novos parâmetros para a alocação de recursos e a redefinição das relações público-privado no financiamento e na provisão de bens e serviços sociais”.

Diante dessa política de ajustamento econômico, tornou-se necessário cada vez mais o contraponto de uma política de combate à pobreza em que uma de suas faces é o crédito popular para os excluídos. Em todo o período das últimas décadas, foi crescente a incorporação das mulheres no mercado de trabalho tanto urbano quanto rural, e nos mais diferentes níveis de qualificação e escolaridade. A entrada na esfera pública externa, ocupada anteriormente pelos homens em proporções mais altas, permite que as mulheres vislumbrem novas oportunidades remuneradas, um negócio só seu, como a abertura de uma banca de vendas de água de coco, de bijouterias, ou de roupas, transpondo as riscas de giz anteriormente delimitadas pelos homens. O gerenciamento de um micronegócio, a comprovação de sua capacidade laboral e administrativa, o sucesso e o lucro farão com que busquem uma maior emancipação econômica, ensejando a consolidação de seu negócio. A partir daí, torna-se possível que procurem os órgãos públicos e privados do sistema financeiro para regulamentar o seu microempreendimento, confiantes no sucesso, ampliando

seu espaço no mercado e buscando linhas de crédito. O sucesso dependerá do modo como conseguirão articular seus negócios e seu modo de inserção na rede familiar ou de parentesco.

Na busca de um trabalho extraluar, as mulheres potencializarão sua gestão empresarial e melhorarão sua auto-estima. Esse novo modo de vida impõe uma reorganização social, uma reestruturação “formal” no centro urbano, em que seu cotidiano insere-se em exclusões e em objeto de estratégias de recusa. É se desenraizar, modelar-se a um novo ambiente regido por uma determinada lógica atribuída à nova condição de camelo, sendo por isso chamadas de trabalhadoras em domicílio ou externas. O trabalho remunerado externo é visto pelas mulheres como uma estratégia possível de emancipação de seu papel subserviente na família (BRUSCHINI et al., 1998, p. 277). Já que essa população considerada “inativa” encontra-se efetivamente ocupada, ou seja, trabalhando na produção doméstica não remunerada, trabalhando muito mais do que o homem, cumprindo uma dupla jornada de trabalho. Além disso, ela participa de atividades produtivas, costurando, bordando, cozinhando, até conseguir inserir-se, na maioria dos casos, no setor secundário. Elisabeth Lobo (1992, p. 257) compreende que “estudos que associam família e trabalho e que se tornaram correntes no Brasil dos anos setenta e oitenta trazem uma contribuição fundamental, mas alerta para o perigo de que esta reflexão tende a privilegiar o orçamento familiar e seu projeto estratégico, subsumindo integralmente as mulheres como atores sociais (...). O problema consiste na visão estrutural sobre a natureza do trabalho feminino, o que impede a problematização das formas históricas e culturais da divisão sexual do trabalho e as fixa em termos de reprodução dos papéis sociais”.

Entendemos que a análise dos “papéis sociais” tradicionais entre homens e mulheres, e o de suas transformações, deve ser feita à luz da utilização da perspectiva teórica

de gênero (MACHADO, 1994), permite apontar que toda e qualquer divisão sexual do trabalho e configurações de papéis sexuais não é a atribuição de papéis a sexos pré-determinados, mas é decorrência de uma prévia relação social-simbólica que institui significados de gênero: feminino e masculino, “sem estabelecer uma mecânica de determinação” e que, “neste sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero” (LOBO, 1992, p. 260).

Como salienta Bruschini (1998, p. 277), a idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo, tanto em sua versão liberal como naquela de inspiração marxista, constituindo uma referência importante para transformar o trabalho feminino em problema teórico. Lavinias (1992, p. 226) enfatiza que, no primeiro caso, a força de trabalho feminino estaria perdendo sua “especificidade” no modo capitalista de produção, conquistando maior mobilidade, o que parece invalidar o paradigma explicativo da sobredeterminação da inserção familiar sobre a inserção profissional. Por isso mesmo, o ciclo vital da família estar-se-ia tornando inadequado como instrumental teórico para se pensarem as desigualdades entre sexos na família e explicar, por extensão, a participação diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho. As mulheres cada vez mais se constituem em população ocupada e seus níveis de escolaridade superam os masculinos.

Contudo, se a exclusão das mulheres do mercado de trabalho em função de sua inserção no trabalho doméstico parece decrescer, em grande parte, sendo superada pela entrada de mulheres no mercado do trabalho e pela sua crescente inserção no mundo escolar, as diferenças salariais entre homens e mulheres é que parecem concentrar os sintomas mais visíveis da permanência das questões diferenciais de gênero na inserção no mercado de trabalho e na divisão de trabalho doméstico. No Brasil, o rendimento médio mensal de homens com 4 a 7 anos de

estudos é igual a R\$ 445,10, enquanto as mulheres percebem um salário de R\$ 245,20, que corresponde a 55,1% do salário dos homens. É importante apontar que as diferenças de salários por sexo no Brasil vai de 61,15%, que o salário feminino representa em relação ao masculino da população de até 3 anos de escolaridade, a 55,08% (de 4 a 7 anos), 56,26% (de 8 a 10 anos) e 56,26% (de 11 anos ou mais). Na Região Metropolitana de Salvador, foco de nossa análise, as variações são mais desfavoráveis às mulheres: 55,3% (até 3 anos), 54,38% (de 4 a 7 anos), 55,82% (de 8 a 10 anos) e 56,02% (de 11 anos e mais)². Além disso, demonstra um hiato na remuneração da demanda por trabalho, o que faz certamente prevalecer a hegemonia da oferta de trabalho para os homens, alargando disfunções sociais, que conseqüentemente aumentam o preconceito entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho.

O trabalho feminino não representou tendencialmente a saída do mundo doméstico ou uma nova divisão de trabalho no espaço doméstico, mas passou a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família. Para a mulher, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento seja pela superposição (BRUSCHINI, 1998, p. 278). Essa diferença salarial entre homens e mulheres parece indicar a exposição de que ou o gênero feminino é representado pelo mercado de trabalho como capaz de desvalorizar, por si mesmo, a qualidade mesma do trabalho, ou que a representação sobre o gênero feminino é que o escopo do mercado de trabalho é secundário em relação às funções domésticas, podendo, por isso, ser menos remunerado.

2. Atividades singulares

Apesar do considerável volume de atividades que se esconde sob a rubrica afazeres domésticos e que mantém ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado nesse tipo de

coleta como atividade econômica. Existem preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade, que tende a classificá-la prioritariamente na sua função de dona-de-casa. Atividades singulares como criar filhos, cozinhar, cuidar da casa e outras começaram a ser valorizadas por pesquisadores, por suas contribuições econômicas internacionais, conforme apresentadas por analistas internacionais (ALVAREZ, 1990; BRUSCHINI, 1992; CASTRO, 1992; CRASKE, 1999; LAVINAS, 1992; LOBO, 1992; MACHADO, 1994), mostrando uma contribuição invisível das mulheres à renda nacional, por meio de uma pesquisa sobre o tempo gasto por homens e mulheres em atividades mercantis e não-mercantis, em 31 países industrializados e não-industrializados.

Os resultados mostram que 53% do total do tempo de trabalho nos países em desenvolvimento e 51% nos industrializados são gastos pelas mulheres. Mostram também que, nos países industrializados, 66% do total do tempo do trabalho são gastos pelos homens em atividades remuneradas e 34% em não pagas, enquanto nos países em desenvolvimento essa relação é de 76% em atividades remuneradas e 24% em trabalho não pago. Enquanto isso, as mulheres, tanto nos países em desenvolvimento como nos industrializados, consomem 34% do tempo de trabalho em atividades remuneradas e 66% em trabalho não pago. Craske (1999, p. 37) aponta para as novas mudanças nas estruturas domiciliares, refletidas a partir das novas oportunidades de trabalho que surgem para as mulheres, resultando em maiores possibilidades de uma vida independente, o que predomina no crescimento de mulheres provedoras do lar.

3. Transformações políticas e sociais

O Brasil, como outros países da América Latina, viveu duas décadas de regime autoritário, marcado pela repressão, disfarçado de uma democracia progressiva, mas evi-

denciando o corporativismo estatal. O autoritarismo permitiu um acesso mínimo da população à arena de decisão política, o que tornou as lutas das mulheres por uma subjetividade política mais difícil. O legado do colonialismo mostra uma sociedade altamente estratificada por hierarquias de classe, raça e gênero. Uma elite social de “gente decente” emergiu, atuando como modelos centrais para os pobres e as comunidades afro-brasileiras. Esse legado deu à região uma série de características, que foram reforçadas pela exclusão política: *caudilhismo*, um sistema peculiar no Nordeste, sistemas personificados pelo clientelismo e centralismo. A campanha para eleições diretas, que teve início no dia 25 de janeiro de 1984 com o 1º Comício Diretas Já, realizado na Praça da Sé em São Paulo, marcou um ponto crítico na transição para um regime civil democrático. Com a morte de Tancredo Neves, vencedor, por via indireta, do pleito de 15 de janeiro de 1985, a Presidência é assumida pelo vice, José Sarney (1985-1988).

O clientelismo e o sistema patrimonialista na administração da política social aumentaram a distância entre cidadãos habilitados e serviços sociais, resultado de uma modernização neoliberal incompleta e incompetente de Fernando Collor (1990-1993). No escopo de implementação de reformas institucionais, que integraram o eixo do programa do primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), pretendeu-se reestruturar os conteúdos sociais da democracia e do Estado de Bem-Estar, pautada por objetivos de equidade e melhora da estrutura de oportunidades, incluindo-se a defesa da estabilidade macroeconômica, a reforma do Estado e a retomada do crescimento econômico, mas falhou na sua meta final.

O fundamento teórico para uma análise do desemprego e da exclusão social deve ser feito por meio de um exame não só do contingente de trabalhadores e trabalhadoras, mas das políticas sociais, questionando se estas foram estabelecidas num ambi-

ente macroeconômico estável, com a promoção de crescimento contínuo e equitativo e se houve geração de emprego. Durante a última década, a formulação de políticas públicas para o combate ao desemprego tem sido uma prioridade nas agendas governamentais, tanto nas economias industrializadas, quanto nas economias em desenvolvimento. Entre essas políticas incluem-se as dinâmicas de oferta e de demanda de trabalho.

A partir da “oferta” e da “demanda”, são determinados a taxa de desemprego, os salários e a produtividade do trabalho. Se o contexto global é negativo, afeta a economia em desenvolvimento, colimando em impactos mais complexos e profundos, gerando o desemprego crônico. O desemprego crônico não é um problema de subdesenvolvimento, nem uma questão exclusiva dos países em desenvolvimento, mas se traduz por desafios institucionais e sociais, que são sobrepostos a ajustes econômicos e tecnológicos, que não podem ser facilmente enfrentados da mesma forma que os países industrializados (POSTHUMA, 1999, p. 12).

O número de pessoas que a cada ano entra e sai do mercado de trabalho depende de dois grupos de fatores. O primeiro é a tendência demográfica do país. O segundo é o desempenho da própria economia. A elevada taxa de crescimento da população brasileira do passado tem refletido profundamente no presente, apesar de que atualmente essa taxa vem decaindo, mas tem dificultado o crescimento da oferta de novos trabalhadores. No futuro, com a diminuição da pressão sobre o mercado de trabalho, não se sentirá o quanto o crescimento demográfico prejudica a oferta de trabalho.

Em segundo lugar, discute-se o efeito da globalização, com os seus sistemas de produção e distribuição, as mudanças tecnológicas e a intensificação da competição, que têm desencadeado transformações profundas no mundo do trabalho e aumentado a exclusão social³. Amadeo (1999, p. 36) ressalta que “antes o trabalho era visto como

homogêneo e estático; o capital como a fonte do progresso tecnológico. Hoje, o dinamismo econômico está cada vez mais no conhecimento, nas habilidades e na experiência dos trabalhadores e não no capital físico ou nas empresas”. A geração de postos de trabalho não está na falta de dinamismo da economia, mas, sim, em fatores ligados ao funcionamento do mercado de trabalho, que estão associados ao rápido crescimento da produtividade do trabalho.

O crescimento da produtividade do trabalho depende de uma melhor qualificação dos trabalhadores, permitindo a produção de bens de melhor qualidade, utilizando menos esforço por parte desses mesmos trabalhadores. Somente com ganhos substanciais de produtividade e aumento de salários reais é que se desenvolverão os grandes mercados de massa no mundo. Nogueira e Machado Neto (1999, p. 169) argumentam que o desenho de estratégias antipobreza começa com a percepção de que a renda do pobre consiste no valor dos bens e/ou serviços gerados pelo patrimônio (capital) que ele/ela possui, bens e/ou serviços esses que são vendidos em um determinado mercado. Afirmam que o problema da pobreza é decorrente de disponibilidade de um patrimônio muito limitado, incapaz de permitir a venda de um volume significativo de bens e serviços no mercado, e, quando essa venda efetivamente ocorre, o preço recebido pelo pobre é muito baixo

Em que circunstâncias o pobre vai poder vender seu trabalho? Desigualdade de “renda” e desigualdade de “oportunidades”, especialmente no Brasil, têm sido há muito tempo associadas a diferentes análises no que concerne à justiça social. Bourguignon (2003, p. 2) especifica que “os primeiros desses conceitos referem-se à distribuição desse produto conjunto de esforços desempenhados por uma pessoa e às circunstâncias particulares sob as quais esses esforços são feitos. Na maioria dos casos, estão ligados à desigualdade de ‘renda’”.

Como controlar essa situação se existe uma heterogeneidade de circunstâncias vividas por todos os cidadãos, e imbuídas de fatos como catástrofes naturais, desgraças inesperadas, que cortam o destino de cada um, atingindo-o na sua totalidade? Como separar essas “circunstâncias” dos “esforços”?

Os patamares de pobreza no Brasil estão atrelados ao desemprego, que é mais elevado entre as mulheres do que entre os homens. Especialmente, no que concerne ao trabalho envolvido em unidades de sobrevivência, nas quais as tarefas das mulheres – sejam domésticas, sejam no setor público da economia – inserem-se de formas variadas, segundo o estrato social. Há uma evidência clara de uma massa de desemprego maior entre os filhos do que entre os chefes de família e os cônjuges, como em 1997, quando, de acordo com o Relatório do IBGE, a taxa de desemprego dos chefes de família foi de 4%; enquanto entre os filhos, superou os 10%. Da mesma forma que a taxa de desemprego dos trabalhadores com mais de 40 anos de idade foi de 3%, enquanto a taxa de desemprego dos jovens atingiu mais de 11%.

O ajuste liberal aumentou o grau de informalidade do mercado de trabalho no Brasil dos anos 90, e uma de suas causas refere-se às novas formas de produção e de relações de trabalho, que aumenta o número de trabalhadores autônomos pelo processo de terceirização. São múltiplas as causas da informalidade no Brasil, uma delas destaca-se pelos incentivos gerados pelo sistema de seguridade social, outra pela legislação trabalhista, finalizando-se pelas peculiaridades das pequenas e microempresas, que concentram um grande número de trabalhadores informais. Nogueira e Machado Neto (1999, p. 172) concordam com a tese da informalidade como resposta da sociedade à ineficiência do Estado, e, sob essa ótica, suas origens estão na manutenção dos elevados encargos sociais do trabalho formal e dos excessivos encargos fiscais, na presença de

excessiva regulamentação burocrática, na participação do Estado em atividades econômicas competitivas e no descrédito ou desconfiança quanto à alocação de recursos públicos. Fatores que favorecem a sonegação e as práticas anárquicas e, ainda, a elevação dos níveis de incertezas.

Não nos surpreende o porquê de a população exigir políticas alternativas. Demanda-se uma resposta imediata às questões de gênero e à segregação, que procuram modificar o processo de ajustes com um alto grau de seletividade, procurando beneficiar as mulheres pobres, oferecendo-lhes mais prioridade em termos de saúde e educação, do que em termos de projetos urbanos de larga escala. Novas oportunidades deveriam ser oferecidas aos pobres, às crianças, para que eles se tornem menos dependentes de seus pais. Ao enfocarmos o tema da educação, uma maneira natural de responder a essa questão consiste em estudar a “demanda para uma educação formal” ou, em outras palavras, perguntando-nos qual é o investimento feito pelos pais em seus filhos, condicionando-os às suas próprias características? Quando nos referimos às desigualdades existentes na educação formal, que é explicada pelas características dos pais e, em seguida, quantificadas pela desigualdade de oportunidades, veremos que o resultado final será atribuído aos esforços heterogêneos de cada indivíduo (BOURGUIGNON et. al., 2003, p. 3). O desafio maior é, como especifica Castro (2003, p. 13), ao mesmo tempo, combater uma e todas as iniquidades sociais, combinando, portanto, políticas focalizadas e universais, fazendo o nexos entre distintos movimentos sociais e não perdendo a perspectiva político-crítica sobre a sociedade estruturada em classes sociais.

A análise anterior nos direciona à seguinte questão: “como suprir serviços financeiros formais a uma população pobre banida pelos bancos, cujas economias são irrelevantes, sua demanda por crédito é pequena, e eles não oferecem garantia de pa-

gamento”? Os pobres têm medo de entrar numa instituição financeira para pedirem algum empréstimo, porque sabem da burocracia das instituições bancárias oficiais.

O Brasil, diferentemente de outros países da Ásia e da América Latina, não participou das primeiras experiências de microcrédito. O investimento na indústria de microfinanças, o apoio para seu crescimento e fortalecimento, por parte do Estado, não ocorreu. O sistema financeiro funcionava tradicionalmente num contexto de altas taxas inflacionárias, crédito governamental e subsidiado, diferentes modalidades de crédito ao consumidor e um marco legal não propício que são apontados como principais causas desse atraso (BARONE, 2002, p. 9). Somente no fim da década de 70 é que foram criadas as primeiras instituições de microfinanças, em decorrência de uma estabilização econômica, quando cresceu o interesse dos governos municipais e estaduais em apoiar a criação de ONGs especializadas em microcrédito.

A partir do modelo de criação das redes de serviços bancários para as pequenas comunidades, como em Bangladesh, Bolívia, Indonésia e, finalmente, no Brasil, novas ONGs foram evoluindo para bancos oficiais especializados no oferecimento de serviços bancários para os pobres, apresentando inovações institucionais, que cresceram e se transformaram em instituições financeiras sustentáveis de escala. Parte desse sonho visionário foi alcançado, mas a realidade nos mostra que ainda há muito a ser realizado, antes que possamos declarar que os desafios de uma demanda por serviços financeiros direcionados aos pobres tenha sido alcançada, principalmente nas zonas rurais. A maioria dos programas de microfinanças é pequena e mostra-se vulnerável, apresentando um certo constrangimento de recursos financeiros, operando em poucas localidades, servindo a um específico nicho de clientes, demonstrando que se encontram expostos a riscos sistemáticos e a uma carteira de empréstimos não diversificada,

como se vê em algumas cidades do Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

Como a população miserável não tem um emprego formal ou um endereço residencial fixo, essas instituições de microfinanças correm o risco de não alcançarem taxas adequadas de pagamento, tanto pelos juros cobrados, como pelos empréstimos totais. Uma outra deficiência apontada pelos especialistas (MOSLEY, 2001; NAVAJAS et al., 2000; ZELLER; MEYER, 2002; HOLT; RIBE, 1991; SEN, 1999) é que os pobres, simplesmente por que são pobres, não poupam – essa é uma das causas por que somente alguns poucos programas efetivamente oferecem condições para depósitos. Alguns autores, no entanto, enfatizam que há evidência de que os pobres poupam, especialmente para o consumo financeiro informal, com o acúmulo de estoques de cereais sazonalmente, interrompendo o processo quando a estação da colheita termina. Eles também possuem bens duráveis, tais como ferramentas, jóias, maquinário, carroças, que podem ser vendidos em tempos de crises, e que poderão ser recomprados quando a situação financeira melhora. As pesquisas recentes indicam que os pobres, a partir do momento que se lhes dêem oportunidades e incentivos, poupam, podem poupar mais do que podemos imaginar.

Outros programas de microfinanças restringem o crédito às mulheres, mostrando indiretamente que as mulheres constituem um segmento em que o retorno dos empréstimos fica muito aquém das expectativas bancárias, especialmente nos países em desenvolvimento. Existem evidências de programas de microfinanças com a participação maciça de mulheres, que provaram que essa assertiva não é verdadeira, como demonstra o programa de crédito para as mulheres em Bangladesh, BancoSol na Bolívia, em que os programas centrados nas mulheres tiveram taxas muito mais altas de pagamento do que os esquemas de crédito tradicionais, que excluem as mulheres de suas carteiras.

4. *Mudança de cenário*

O universo das mulheres no setor informal urbano, beneficiárias ou não do microcrédito, faz parte de uma questão de diferença e da desigualdade social, da universalidade e da particularidade; resgatar e situar as mulheres num lugar único é a nossa tarefa. Tarefa essa que inclui ouvi-las nas suas solicitações, nas suas inquietações, que, na maioria das vezes, incide em discussões sobre a pobreza, o preconceito, a carência de oportunidades, para que possam viver uma vida com padrões mínimos de conforto e segurança. As mulheres reclamam que sempre lhes foram oferecidos os menores percentuais salariais, nenhuma chance para mudarem suas vidas, ou mesmo a menor oportunidade para que pudessem abrir um pequeno negócio. Questionam sobre as privações a que estão sujeitas e dizem que, apesar de trabalharem arduamente dentro e fora do lar, não visualizam uma melhor perspectiva de vida em seu futuro. As mulheres desejam mudar esse cenário pessimista para um futuro de chances visíveis e enriquecedoras.

As mulheres estão descobrindo novos caminhos, traçando novos propósitos, abrindo novas possibilidades; no entanto, ainda não existem parâmetros igualitários com os homens na esfera econômica (salário e *status*), na esfera política (nas representações partidárias), na esfera cultural (as imagens das mulheres como seres capazes, como seres inteligentes), ou na esfera doméstica (compartilhando tarefas domésticas). Mas, elas estão-se expressando, definindo seus alvos, reduzindo as diferenças que as separam dos patamares de poder ocupados pelos homens. Numa frase, estão-se empoderando.

Ao enfocarmos a esfera econômica (salário e *status*), reflexionamos sobre níveis atuais de pobreza em que se insere o Brasil, e suas perspectivas futuras. Um Brasil com uma transição democrática real, direcionada à políticas sociais, que se revistam

de um amplo investimento em seus habitantes (capital social).

Basicamente, há um papel fundamental que o Estado deve assumir para equipar cada geração de cidadãos com uma competência comunicativa compartilhada, e com base no respeito mútuo. No Brasil, essa competência comunicativa faz-se necessária, começando com as crianças na escola, tanto na área pública, quanto na privada, para que tenham a oportunidade de demonstrar o alto padrão de educação, que será oferecido a esses cidadãos, para transformar suas vidas num curto espaço de tempo.

A história nos mostra uma América Latina onde os líderes políticos sempre foram homens que conquistaram e reconsquistaram o poder, gerações masculinas que fecharam as portas às mulheres. Contrariando as restrições sociais que lhes foram impostas, as mulheres estão ganhando mais autoconfiança, mais controle direto sobre suas próprias “opções de vida”.

As mulheres na América Latina ainda não conseguiram alcançar uma autoridade política de *power over* – para mudarem as coisas. Em vez disso, registraram ganhos específicos em esferas restritas, que foram rotuladas de *power to*. As mulheres foram capazes de promover uma consciência individual, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres, e promoverem algumas modestas reformas. Conseguiram alcançar esse sucesso principalmente por meio da participação coletiva e da mobilização, combinando o *power with*, com o *power within*. Apesar das conquistas evidenciadas, há uma desconexão entre o ativismo feminino com suas conquistas práticas. Em síntese, os valores sociais patriarcais enrustidos na sociedade brasileira impediram de forma inequívoca a participação feminina.

Notas

¹ Ver Josué de Castro (1983), Celso Furtado, (1979), com sua economia do desenvolvimento, Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, que traz à

tona a questão da divisão social; e Paulo Freire (1972, 1974), porque advogava uma mudança “consciente” na sociedade. Ele era um ativista para os pobres, um precursor, sempre ensinando as classes mais excluídas a ler e a escrever. Desde o princípio, ele demonstrou solidariedade em relação ao ser humano e uma aproximação política defensiva. Paulo Freire criou os círculos culturais em Recife, Estado de Pernambuco, voltados para os trabalhadores das classes mais pobres, que se encontravam eventualmente para discutirem temas específicos e de interesse para eles. As discussões eram coordenadas por um professor, que também definia a maneira como aquele tópico, que havia sido escolhido pelos trabalhadores, deveria ser focado. Ver Freire-Dowbor (2000), Sonia A. Alvarez (1990).

² Ver Pesquisa nacional para amostra de domicílios 2001: “Rendimento médio da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

³ As conseqüências do neoliberalismo na América Latina já estão bem demonstradas pelas crises brasileira e argentina; neste sentido, a autoridade do Fundo Monetário Internacional, principal instrumento da consolidação de políticas neoliberais, viu-se abalada pela sua inépcia em solucionar a sucessão de crises internacionais iniciadas na Ásia em 1997, e essas mesmas crises abalaram a crença dogmática na globalização como panacéia para o desenvolvimento econômico. Para maiores detalhes a esse respeito, ver Alex Jobim Farias, Pedro Quaresma e Júlio Miragaya (2003, p. 28-34).

Referências

- ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- AMADEO, Edward. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). *OIT/Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BARONE, Francisco M.; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.
- BOURGUIGNON, François; FERREIRA, Francisco H.G.; MENÉNDEZ, Marta. Inequality of outcomes and inequality of opportunities in Brazil. *World Bank Research Working Paper 3174*, [S.l.], dec. 2003.

- BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: BUSCHINI, Maria Cristina A.; Fúlvia Rosemberg (Org.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome (O dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Antares, 1983.
- CASTRO, Mary Garcia. Alcance e limites das políticas de identidade. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 19, nov./dez. 2003.
- _____; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CRASKE, Nikki. *Women and politics in Latin America*. New Jersey: Rutgers University Press, 1999.
- DRAIBE, Sonia M. Brasil: a proteção social após vinte anos de experimentação reformista. In: TALLER INTER-REGIONAL, 2002, Santiago. *Protección social en una era insegura: un intercambio sur-sur sobre políticas sociales alternativas en respuesta a la globalización*. Santiago, Chile, maio 14-16, 2002.
- FARIAS, Alex Jobim; QUARESMA, Pedro; MIRAGAYA, Júlio. A lógica perversa do acordo com o FMI. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 28-34, nov./dez. 2003.
- FREIRE, Paulo. *Las iglesias, la educación y el proceso de liberación humana en la historia*. Buenos Aires: Asociación Editorial Aurora, 1974.
- _____. *Pedagogia dos oprimidos*. New York: Herder and Herder, 1972.
- FREIRE-DOWBOR, Fátima. Paulo Freire, o precursor. In: *Texts from Brazil*, n. 7. Brasília: Ministry of Foreign Relations, 2000. p. 16-17.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1979.
- HOLT, Sharon L.; RIBE, Helena. Developing financial institutions for the poor and reducing barriers to access for women. *World Bank Discussion papers 117*, Washington, D.C., 1991.
- LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. (Antropologia).
- MOSLEY, Paul. Microfinance and poverty in Bolivia. *The Journal of Development Studies*, London, v. 37, n. 4, p. 101-132, apr. 2001.
- NAVAJAS, Sergio; SCHREINER, Mark; MEYER, Richard L.; GONZALEZ-VEGA, Claudio; RODRIGUEZ-MEZA. Microcredit and the poorest of the poor: theory and evidence from Bolivia. *World Development*, The American University, Washington, D.C., v. 28, n. 2, p. 333-346, 2000.
- NOGUEIRA, Jorge Madeira; MACHADO NETO, José Ribeiro. Os programas de inclusão social do GDF: avaliação de seus impactos. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília - gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- POSTHUMA, Anne Caroline. Transformações do emprego no Brasil na década de 90. In: _____. OIT/Brasil: *abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SEN, Amartya. *Rationality and freedom: the belknap press of Harvard University*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- SMITH, Peter H.; TROUTNER, Jennifer L.; HÜNEFELDT, Christine. *Promises of empowerment: women in Asia and Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- ZELLER, Manfred; SHARMA, Manohar. Access to and demand for financial services by the rural poor. In: _____. MEYER, Richard L. (Eds.). *The triangle of microfinance: financial sustainability, outreach and impact*. Baltimore: International Food Policy Research Institute; London: The Johns Hopkins University Press, 2000. p. 19-45.